

# A construção de um imaginário social sobre as Escolas Cívico-Militares

DOI: <https://doi.org/10.35168/2176-896X.UTP.Tuiuti.2024.Vol10.nEspecial.pp4-27>



## **Marcia Salete Wisniewski Schaly**

Psicóloga. Mestre em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná.

E-mail: [marciasws@hotmail.com](mailto:marciasws@hotmail.com)

<https://orcid.org/0009-0000-7803-1681>

## **Lauriane Lourenço Leal Cabral**

Mestre em Educação e Novas Tecnologias – UNINTER.

E-mail: [laurianelealcabral@gmail.com](mailto:laurianelealcabral@gmail.com)

<https://orcid.org/0009-0000-7803-1681>

# A construção de um imaginário social sobre as Escolas Cívico-Militares

---

## Resumo

O artigo tem por objetivo compreender os discursos e o imaginário social criado em torno das escolas cívico-militares, que tiveram aumento expressivo, no governo de Jair Messias Bolsonaro, após a publicação de Decreto, nº10.004/2019 que instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), em 2019. Mesmo com a revogação desse decreto, em 2023, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a ampliação continua via projetos de leis Estaduais. Buscamos debater, amparados pelo método bibliográfico, sobre as pretensões das forças políticas neoconservadoras, vinculadas à lógica neoliberal, ao incentivarem projetos como esses que buscam implantar parte do sistema militar, nas escolas públicas brasileiras. Para tal, contextualizamos aspectos das escolas cívico-militares, articulando com alguns conceitos de Foucault sobre a disciplina como instrumento de controle e domesticação de comportamentos. Dialogando com este e outros autores, analisamos como se amplia o pensamento militarizado na sociedade, como promessa ilusória de um ideal de educação, sob a lógica neoliberal.

**Palavras-chave:** Escolas Cívico-militares. Imaginário social. Controle social. Neoconservadorismo. Neoliberalismo.

# The construction of a social imaginary about the Civic-Military Schools

---

## Abstract

The article aims to understand the discourses and social imaginary created around civic-military schools, which had a significant increase, during the government of Jair Messias Bolsonaro, after the publication of Decree n° 10.004/2019 that established the National Program of Civic-Military Schools, in 2019. Even with the revocation of this decree, in 2023, under the government of Luiz Inácio Lula da Silva, the expansion continues via State law projects. We seek to debate, supported by the bibliographic method, about the intentions of neoconservative political forces, linked to neoliberal logic, when encouraging projects like these that seek to implement part of the military system in Brazilian public schools. To this end, we contextualize aspects of civic-military schools, articulating with some of Foucault's concepts about discipline as an instrument of control and domestication of behaviors. Dialoguing with this and other authors, we analyze how militarized thinking expands in society, as an illusory promise of an ideal of education, under neoliberal logic.

**Keywords:** Civic-military schools. Social imaginary. Social control. Neoconservatism Neoliberalism.

# A construção de um imaginário social sobre as Escolas Cívico-Militares

---

## Introdução

No Brasil, acompanhamos o crescente número de escolas cívico-militares, na rede de ensino público. Isto se deu depois da publicação do decreto do presidente Jair Messias Bolsonaro nº 10.004/2019, de 05 de setembro de 2019, que instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares – PECIM (Brasil, 2019). Mesmo com a revogação deste decreto pelo atual presidente Luís Inácio Lula da Silva, via decreto nº 10.611/2023 (Brasil, 2023) a realidade que observamos, é de incentivo à ampliação das escolas cívico-militares, por projetos de leis Estaduais, como pode ser observado em vários estados brasileiros e que demonstraremos no decorrer do texto.

O objetivo desses programas, no Brasil, se sustenta no discurso de uma educação de qualidade, com método disciplinar no modelo do sistema militar, ensino de valores humanos e cívicos, entre outros. Frente a esses objetivos, questionamos: as demais escolas públicas não têm um ensino de qualidade? As escolas cívico-militares seriam uma espécie de “salvação” do ensino público? Da mesma forma, o ambiente das demais escolas não é adequado para os estudantes? E quais valores humanos a proposta estaria se referindo? E, ainda, quem seria responsável por um ensino de qualidade? Qual a responsabilidade do Estado, nessas questões, em todas as escolas públicas do país?

Neste sentido, neste artigo, gostaríamos de debater: O que se pretende ao incentivar o projeto de ampliação das escolas cívico-militares? Qual o imaginário que se cria e se sustenta na comunidade escolar? Quais as forças políticas que desejam controlar as escolas públicas brasileiras, formando cidadãos “com valores humanos e cívicos” para o sistema militar?

Observamos que é comum, encontrarmos narrativas, no ambiente escolar e mídias sociais, de alguns pais, políticos e até mesmo alunos e professores, que relacionam as escolas cívico-militares como uma forma de solucionar os problemas de violência e indisciplina dos alunos e de melhorar a educação pública, mas será que tais modelos de escolas garantem mesmo uma “educação de

# A construção de um imaginário social sobre as Escolas Cívico-Militares

---

qualidade” e realmente solucionam problemas de violência social? - O que seria essa educação de qualidade e para quem? A demanda dos pais, por rigorosa disciplina militar, no sentido de obediência e acatamento integral e incondicional às ordens de um superior, seria para ocupar um certo lugar vazio, deixado por eles, ao se isentarem ou não conseguirem, por algum motivo, se implicar na educação de seus filhos? Ou seria a busca por um ideal, um imaginário, de algo que projetaram no sistema militar, como modelo de educação?

Com o objetivo de discorrer sobre essas questões, buscaremos contextualizar alguns aspectos das escolas cívico-militares, fazendo alguns recortes para ampliar o debate, articulando com alguns conceitos de Foucault sobre a disciplina como um instrumento de controle à serviço da domesticação de comportamentos dos sujeitos. Além de dialogar com outros autores citados ao longo do texto.

## **Breve contextualização sobre as escolas militares e cívico-militares: as forças mais conservadoras num movimento em ascensão em nossa sociedade**

Num primeiro momento, faz-se necessário diferenciar as escolas militares, das escolas cívico-militares, demonstrando como as pautas mais conservadoras da sociedade brasileira, sempre se fizeram presentes, num movimento em ascensão, nos últimos anos, vinculadas a lógica neoliberal. Forças essas, que buscam manter a hegemonia branca e masculina, com supostos valores cristãos, que visam ampliar o poder sobre o capital, mantendo um controle social. Essas forças neoconservadoras, buscaram implantar parte do sistema das escolas militares, criando as escolas cívico-militares, com um discurso que precisa ser cuidadosamente analisado: O que está por trás disso? Quais as forças e objetivos, para além de um controle social?

# A construção de um imaginário social sobre as Escolas Cívico-Militares

---

Vejamos, então, uma breve contextualização.

Os dados históricos, seguindo uma certa cronologia, destacam a criação da primeira escola militar, no Rio de Janeiro, com a fundação do Imperial Colégio Militar, a partir do decreto nº 10.202, em março de 1889, via proposta do senador e Ministro da Guerra, Thomaz Coelho. Contudo, a formulação da ideia para a criação desses colégios, já havia sido pensada pelo ministro da Guerra do Império, o Marquês de Caxias, sendo considerado o pioneiro de tal projeto. O referido colégio passou a ser conhecido por Colégio Militar do Rio de Janeiro (Bento, 1995). Ao longo dos anos as escolas militares das Forças Armadas, foram se sedimentando, ganhando apoio de parte a sociedade.

Os colégios militares, no Brasil, estão sob a gestão do Ministério da Defesa. A direção e a administração desses colégios são realizadas por oficiais, entretanto o corpo docente, em parte, é composto por docentes militares com formação em magistério. Tais colégios aderem à Lei de Diretrizes e Bases (LDB), nº 9394/1996 (Brasil, 1996), que define as diretrizes da educação no Brasil, embora determinem suas próprias normas. A ênfase em rigorosa disciplina, patriotismo, civismo, hierarquia e ordem, formam a base de seu programa educativo. Mesmo que o projeto pedagógico, dos colégios militares não atenda às necessidades da educação brasileira, possui um viés ideológico (Santos, 2023), que entendemos que pode seduzir muitos pais a embarcarem na corrida por uma vaga, que imaginariamente, corresponda ao seu ideal.

Inspirado nesse modelo e discurso ideológico em torno dos colégios militares, nasce o Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares, que institui a presença de militares nas escolas públicas civis, com um modelo e concepção próprios de educação e práticas pedagógicas, com a rigurosidade do sistema militar.

Neste sentido, as escolas cívico-militares surgiram via uma política pública (Decreto nº 10.004/2019), com a alegação de melhorar a qualidade da educação no país, especialmente em

# A construção de um imaginário social sobre as Escolas Cívico-Militares

---

áreas de vulnerabilidade social. O conceito dessas escolas é uma fusão entre o modelo tradicional de ensino público e a valorização de um conceito de disciplina (materializado em regras e regulamentos rígidos) e organização típicas das instituições militares.

Entendemos que o discurso sobre as escolas cívico-militares gira em torno dos objetivos propostos para justificar a sua criação, ou seja, melhorar o desempenho escolar e a segurança nas escolas, oferecendo uma educação de qualidade em áreas consideradas de risco social. O modelo busca aliar uma disciplina rigorosa, bem como a hierarquia e os valores cívicos, com a base curricular tradicional do ensino público, administrada por professores civis e militares. Assim, a educação de qualidade aqui é caracterizada pelo alto rendimento acadêmico com um foco significativo na educação cívica, social e disciplinar dos estudantes (Brasil, 2023). Neste contexto, seria esse o conceito de educação de qualidade, previsto para as escolas cívico-militares? Entendemos que definir educação de qualidade não é tão simples, mas tomaremos por base a definição da Organização das Nações Unidas (ONU), por ser esta adotada pelo Brasil. Segundo a ONU uma educação de qualidade visa garantir que a educação seja inclusiva e equitativa, assegurando oportunidades iguais de aprendizagem ao longo da vida (Ipea, 2019). Entendemos que uma educação inclusiva e equitativa ainda está longe de se efetivar no Brasil, mesmo que nas propostas educativas isso apareça como uma narrativa. A padronização de um modelo de ensino para alunos com realidades tão heterogêneas, também não parece ser nada inclusiva. Argumentamos que também não haverá uma educação inclusiva e equitativa, sem a valorização dos professores e a formação continuada deles.

Destacamos ainda que, nessa estrutura, das escolas cívico-militares, os militares (da reserva ou reformados) atuam na gestão disciplinar, enquanto os conteúdos acadêmicos são mantidos sob a responsabilidade dos profissionais de educação. Vejamos as informações através dos dados trazidos pelo Melhor Escola (2024) como se dá o funcionamento e o modelo das escolas cívico-militares.

# A construção de um imaginário social sobre as Escolas Cívico-Militares

---

Em relação à Gestão Compartilhada, observamos que a administração é dividida entre civis e militares, onde os militares ficam responsáveis pela disciplina, segurança e atividades cívicas, enquanto os educadores civis seguem com a responsabilidade pedagógica. A gestão nas escolas cívico-militares segue um modelo que combina práticas da educação civil com elementos da organização militar, estruturado em três áreas principais: administrativa, educacional e didático-pedagógica. Essa abordagem visa melhorar tanto o ambiente escolar quanto os resultados acadêmicos, promovendo disciplina e eficiência (Brasil, 2022; Brasil, 2024).

Entendemos que esse modelo de gestão segue a lógica neoliberal, onde os valores políticos vão sendo substituídos por discursos como o da eficácia e produtividade nos modelos de gestão, exercendo uma função instrumental (Pierre Dardot, *et al*, 2021). Reafirmam-se nesse modelo de gestão os mecanismos de controle e vigilância, cujas práticas visam a defesa da ordem geral, sob o comando de um regime político antidemocrático, que promovem a dessubjetivação dos sujeitos, ou seja, visa fabricar sujeitos que sejam produtivos, que controlam e vigiam a si mesmos, e, desta forma, num processo de alienação, violentam-se a si mesmos (Pierre Dardot, *et al*, 2021).

Assim, não é à toa que o conceito de disciplina mais rígida dos alunos e organização é considerado um dos pilares desse modelo de educação, espelhando-se no que é observado nos colégios militares, ou seja, o modelo de rotinas rigorosas, uso de uniformes específicos, e a promoção de valores como patriotismo, respeito e responsabilidade, como se esses últimos aspectos citados, não existissem nos colégios públicos.

Em relação ao Currículo Regular, observamos que o currículo das escolas cívico-militares segue as diretrizes do Ministério da Educação (MEC), sendo o mesmo aplicado nas demais escolas públicas do país. A principal diferença está no aspecto da gestão e na ênfase nos valores militares, como já mencionamos.

# A construção de um imaginário social sobre as Escolas Cívico-Militares

---

A partir desse contexto que, em 2019, o governo federal, na gestão de Bolsonaro, lançou o referido Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, com a meta de implementar 216 escolas até 2023 (Brasil, 2022), priorizando áreas vulneráveis com altos índices de violência e baixo desempenho escolar. As escolas foram selecionadas por adesão voluntária, dos estados e municípios, em troca de apoio financeiro e logístico do governo federal para a implementação do modelo. Já em relação à comunidade escolar, podemos questionar se a adesão foi voluntária ou induzida, para se tornarem uma escola cívico-militar, visto que causou muita controvérsia, dividindo opiniões entre pais, professores e alunos.

O projeto das escolas cívico-militares, vem carregado de controvérsias, recebendo críticas de alguns grupos e apoio de outros. Por um lado, seus defensores argumentam que a disciplina mais rígida e a presença de militares contribuem para a melhoria da segurança e do desempenho dos alunos, além de promoverem valores de civismo e cidadania. Por outro lado, críticos apontam que a militarização da educação pública não é a solução adequada para os problemas estruturais das escolas brasileiras. Alguns educadores e especialistas argumentam que o foco na disciplina militar não aborda questões fundamentais, como a valorização dos professores, o investimento em infraestrutura e a desigualdade social que afeta a qualidade do ensino. Além disso, questionam se a adequação do ambiente militar para a formação de crianças e adolescentes é viável, uma vez que um ambiente mais inclusivo e plural, mostra-se mais favorável ao desenvolvimento destes (Callegari e Cecchini, 2024). Concordamos que para a constituição do sujeito e formação da subjetividade, um ambiente inclusivo, que respeite a alteridade e a singularidade de cada um, contribui para o desenvolvimento da capacidade simbólica, autonomia e formação crítica. Uma educação, com base no controle de comportamentos, medo, meritocracia e rivalidades, estaria produzindo a semiformação de sujeitos, como nos alertou Adorno (2020).

# A construção de um imaginário social sobre as Escolas Cívico-Militares

---

No atual cenário de 2024, o Brasil conta com diversas escolas cívico-militares em várias regiões do país. Até final de 2022, de acordo com o Ministério da Educação país havia 202 escolas cívico-militares vinculadas ao PECIM, sendo a maior parte delas concentradas nas regiões Sul com 54 escolas e na região Sudeste com 46 (Dall’Agnol, 2024).

Vejamos uma divisão aproximada por regiões e alguns estados.

Na região Sul, Santa Catarina possui 9 escolas cívico-militares e uma nova unidade prevista para 2024. E, o Rio Grande do Sul possui 18 escolas (Dall’Agnol, 2024).

Já o Paraná, a partir de uma lei aprovada pela Assembleia Legislativa em 2022, (Lei 21327/2022), instituiu o Programa Colégios Cívico-Militares do Paraná para as instituições de ensino da rede estadual da educação básica. Como a lei continua em vigor o programa está tendo continuidade, em uma parceria entre a Secretaria da Educação e a Secretaria de Segurança Pública. Baseado em um conceito de gestão que contempla as áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa, tais escolas contam com a participação do corpo docente da escola e apoio dos militares do Corpo de Militares Estaduais Inativos Voluntários (CMEIV) do Estado. O objetivo delineado para esse projeto visa apresentar uma ideia de que o estado está investindo em uma educação básica de qualidade, em um ambiente escolar adequado, que garanta o desenvolvimento de valores humanos e cívicos. Atualmente o Paraná, segundo a Secretaria da Educação do Estado, possui 312 colégios cívico-militares, com cerca de 190.144 estudantes (Paraná, 2024).

No Sudeste, o estado de São Paulo tem 16 unidades com plano de expansão e Minas Gerais, transitou suas 9 escolas vinculadas ao PECIM para um modelo estadual.

No Centro-Oeste, em Goiás, 7 escolas cívico-militares foram implantadas ao programa estadual. E o Distrito Federal conta com 4 escolas do modelo PECIM e 12 do projeto de gestão compartilhada (Dall’Agnol, 2024).

# A construção de um imaginário social sobre as Escolas Cívico-Militares

---

No Norte, observamos que Rondônia possui 4 escolas cívico-militares, que foram incorporadas ao programa estadual. Em outras regiões como no Pará e Rio de Janeiro, as escolas cívico-militares, foram criadas em parceria com a Polícia Militar e os Bombeiros. No total, o programa federal (PECIM) visava alcançar até 216 escolas em todo o Brasil até 2023 (Dall’Agnol, 2024).

Em relação a uma análise do programa, segundo Gregório Grisa (Melhor Escola, 2024), diretor da Secretaria Executiva do MEC, há pelo menos dois problemas que foram verificados para o fim do programa pelo governo federal. Um deles é financeiro, uma vez que do ponto de vista econômico, o PECIM é considerado um programa regressivo, que vem ampliando a desigualdade econômica e social. E a outra questão é a baixa adesão ao PECIM, visto que não está havendo adesão no meio educacional (principalmente pelos professores) pelo projeto de militarização das escolas. Neste sentido, o programa vem transferindo recursos para profissionais que não pertencem à área da educação, desinvestindo na formação e valorização dos professores (Melhor Escola, 2024).

Com o fim do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, em 2024, pelo governo federal, diversas questões se fizeram presentes, em perspectivas múltiplas (Brasil, 2023). Embora o governo federal tenha decidido encerrar o PECIM, muitos estados e municípios decidiram manter ou adaptar o modelo com programas próprios. Estados como Paraná, Santa Catarina, Distrito Federal e Goiás têm ampliado suas iniciativas regionais, com a implementação de novas unidades e a incorporação das escolas que faziam parte do PECIM. Assim, o impacto nessas regiões é mitigado pela adaptação local, onde o modelo segue sendo valorizado e demandado por parte das comunidades escolares (Callegari; Cecchini, 2024).

Com o fim do PECIM, as escolas cívico-militares deixam de contar com o suporte financeiro e logístico do governo federal, uma vez que o investimento passa a ser destinado para todas as escolas públicas. Desta forma, estados e municípios que queiram continuar com o modelo, precisam

# A construção de um imaginário social sobre as Escolas Cívico-Militares

---

destinar outros recursos para tal. Nas escolas que mantiverem o modelo de forma independente, a transição da gestão federal para a estadual ou municipal pode criar desafios na administração e no treinamento de equipes militares e civis. A ausência de um padrão nacional também pode levar a uma inconsistência na aplicação do modelo entre diferentes Estados (Santos, 2023).

Em relação às questões pedagógicas e ideológicas, destacamos que a transição de um modelo cívico-militar para outro (ou para modelo tradicional) pode causar rompimentos nas práticas pedagógicas e na rotina escolar, que precisarão ser repensadas. Assim como mudanças na estrutura disciplinar e na abordagem de valores cívicos também são esperados, trazendo modificações ao ambiente escolar.

O fim do PECIM é visto por críticos como um passo necessário para desfazer a militarização do ambiente escolar, que poderia interferir no desenvolvimento de habilidades críticas e cidadãs dos alunos. Esses críticos afirmam que a disciplina militar pode ser inapropriada para o ambiente educacional, especialmente em um país com grande diversidade social e cultural (Santos, 2023).

Verificamos, como já mencionado, neste texto, que um dos principais argumentos para a criação das escolas cívico-militares era o aumento da segurança e da disciplina no ambiente escolar. Com o fim do programa federal, algumas comunidades que dependiam da presença militar para gerenciar a disciplina podem se sentir menos seguras ou acreditar que haverá um aumento de problemas como violência e indisciplina escolar. Entretanto, vale a pena lembrar que a segurança pública é um dever do Estado, independente dos modelos de escolas em cada região. A segurança caminha junta com as políticas sociais, que nem sempre tem apoio governamental, faltando políticas públicas nessa área.

Além da segurança, o modelo cívico-militar também enfatizava valores como civismo, respeito à hierarquia e rigidez disciplinar e com o término do PECIM, algumas escolas podem reduzir o foco nessas práticas, o que, para apoiadores neoconservadores do modelo, pode prejudicar o

# A construção de um imaginário social sobre as Escolas Cívico-Militares

---

desenvolvimento moral e ético dos alunos. Lembramos que questões éticas também estão em falta, em muitos de nossos políticos e em seus discursos que defendem, demagogicamente, liberdade, família e pátria, como se tais valores, não pudessem ser discutidos em todas as escolas públicas, por um viés crítico, que promova a autonomia de pensamento e não uma alienação e doutrinação, ou até mesmo adestramento de pessoas, como demonstrados por Theodor Adorno, ao discorrer sobre a formação e semiformação (Adorno, 2020).

A partir dessa breve contextualização, buscamos compreender algumas características em tono das escolas militares e cívico-militares. Na sequência, pretendemos debater, algumas questões sobre o pensamento militarizado nas escolas e algumas implicações.

## O pensamento militarizado na sociedade: não sem consequências

A partir do contexto delineado, neste artigo, sobre as escolas cívico-militares, questionamos se o processo ensino-aprendizagem, fundamentado em uma única direção, ou seja, disciplinarização, regramento e padronização, estaria levando em conta as dimensões sociais e subjetivas de cada estudante. Neste sentido podemos afirmar que está longe disso, além de não promover o que entendemos por uma educação democrática que busca “formar cidadãos críticos, livres, responsáveis por suas decisões e com poder de transformação social” (Miguez; Furley; Pinel, 2022, s/n). Assim, precisamos questionar quais os interesses de programas educacionais que visam o “aparelhamento disciplinar”, como demonstrou Michel Foucault (1926-1984), ao articular a disciplina como um instrumento de controle à serviço da domesticação de comportamentos dos sujeitos. (Foucault, 1979/2008).

Neste sentido, uma crítica às escolas cívico-militares pode ser elaborada a partir das teorias de Foucault, especialmente em sua análise sobre o poder disciplinar e os mecanismos de controle

# A construção de um imaginário social sobre as Escolas Cívico-Militares

---

social, como apresentados nas obras: *Vigiar e Punir* ([1975] 2008) e *Microfísica do poder* ([1978] 1979). Para este autor, o poder disciplinar moderno se expressa principalmente nas instituições sociais, como nas escolas, prisões e hospitais, uma vez que exercem controle sobre os sujeitos através de vigilância, punição e normalização de certos comportamentos. Segundo o autor:

A disciplina “fabrica” indivíduos, ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, pode-se fiar em um superpoderio; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente. Humildes modalidades, procedimentos menores. Se os compararmos aos rituais majestosos da soberania ou aos grandes aparelhos do Estado (Foucault, 2008, p. 164)

Desta forma, podemos analisar como as escolas cívico-militares, ao imporem uma estrutura militarizada, intensificam o que Foucault, justamente chamou de “sociedade disciplinar”. O controle sobre os corpos e comportamentos dos alunos é rigidamente organizado por meio de hierarquias claras, obediência estrita e disciplina formalizada. A rotina escolar, marcada por ordens, códigos de conduta e punições físicas ou simbólicas, reforça a criação de sujeitos dóceis e submissos às normas estabelecidas (Miguez; Furley; Pinel, 2022; Silva, 2023).

Portanto, as escolas cívico-militares, via práticas disciplinares rígidas, podem ser vistas como mecanismos que produzem sujeitos conforme os interesses de poder, mascarados sob narrativas de ordem, segurança e formação moral. Argumentamos, a partir de Foucault, que tal tipo de controle disciplinar está intrinsecamente ligado a uma forma de poder que atua na modelagem de sujeitos obedientes, controláveis e funcionais para a manutenção de uma determinada ordem social, como também demonstrou Adorno em sua obra “Educação e emancipação” (2020).

# A construção de um imaginário social sobre as Escolas Cívico-Militares

---

Destacamos que outro conceito central na crítica foucaultiana é a vigilância. Em um ambiente cívico-militar, a vigilância constante sobre os estudantes — por meio de supervisão direta, câmeras ou sistemas de monitoramento — contribui para a internalização das normas. O ideal do *panóptico*, descrito por Foucault, aplica-se bem aqui: os alunos são observados de forma contínua, de modo que, mesmo quando não estão sendo efetivamente monitorados, agem como se estivessem. Isso gera um autocontrole constante, o que Foucault considera uma forma de poder insidioso, pois não é apenas exercido de fora, mas internalizado pelo sujeito (Miguez; Furley; Pinel, 2022; Silva, 2023).

O corpo, segundo Foucault, é alvo principal do poder disciplinar. No contexto das escolas cívico-militares, o corpo do estudante é disciplinado para ser funcional ao sistema: uniformizado, controlado e submetido a regras que visam moldar não só sua conduta, mas também seus gestos, expressões e atitudes. Essa moralização do corpo também reflete uma tentativa de produzir sujeitos que se alinhem a uma ideia de “cidadania ideal”, baseada na obediência e na ordem, em detrimento de um pensamento crítico ou autonomia. Foucault também adverte para os perigos da normatização em massa (Foucault, 2008).

As escolas cívico-militares tendem a impor um modelo único de comportamento e valores, homogeneizando as experiências e subjetividades dos alunos. Sob a lógica militar, as individualidades são suprimidas, e qualquer forma de divergência ou resistência pode ser vista como um desvio a ser corrigido. Para Foucault, isso constitui uma forma de violência simbólica, pois o poder disciplinar não reconhece a pluralidade das subjetividades humanas, mas tenta uniformizá-las para atender a uma lógica de controle (Foucault, 2008; Miguez; Furley; Pinel, 2022).

Quando forças sociais desafiam a ordem estabelecida, fica mais fácil compreender como os conflitos desencadeados pelos movimentos sociais, desafiam a ordem vigente e geram uma séria ameaça para os grupos políticos neoliberais e neoconservadores, que impuseram uma política

# A construção de um imaginário social sobre as Escolas Cívico-Militares

---

econômica e educacional de mercantilização da educação, como as reformas do ensino médio e políticas de meritocracia (Schaly, 2022; Silva, 2023). Tal grupo, sentindo seu poder ameaçado, recorrem às práticas repressivas e violentas.

Entendemos que a educação é, por natureza, um espaço de desenvolvimento crítico, criativo e de liberdade de expressão, que podem ser sufocadas em um ambiente excessivamente rígido e autoritário. A pedagogia militar, baseada em hierarquia e disciplina, pode entrar em conflito com os princípios da educação democrática, que visa a formação de cidadãos com autonomia intelectual e senso crítico.

Outra crítica, segundo Carriconde (2024), diz respeito ao impacto do modelo sobre a formação dos alunos. A ênfase na disciplina pode obscurecer outras questões essenciais no processo educativo, como a capacidade de diálogo, o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e o incentivo à inovação. Além disso, há o risco de a gestão militar não abordar adequadamente problemas estruturais mais profundos, como a desigualdade educacional e a falta de recursos pedagógicos (Carriconde, 2024).

Desta forma, concordamos com muitos educadores e especialistas da área, que argumentam que o problema da qualidade da educação poderá ter solução com investimentos em infraestrutura, capacitação de professores e a adoção de metodologias pedagógicas mais inclusivas e adequadas à realidade dos estudantes.

Portanto, as escolas cívico-militares, via práticas disciplinares rígidas, podem ser vistas como mecanismos que produzem sujeitos conforme os interesses de poder, mascarados sob narrativas de ordem, segurança e formação moral. Argumentamos, a partir de Foucault, que tal tipo de controle disciplinar está intrinsecamente ligado a uma forma de poder que atua na modelagem de sujeitos

# A construção de um imaginário social sobre as Escolas Cívico-Militares

---

obedientes, controláveis e funcionais para a manutenção de uma determinada ordem social, como também demonstrou Adorno em sua obra “Educação e emancipação” (2020).

Destacamos que outro conceito central na crítica foucaultiana é a vigilância. Em um ambiente cívico-militar, a vigilância constante sobre os estudantes — por meio de supervisão direta, câmeras ou sistemas de monitoramento — contribui para a internalização das normas. O ideal do panóptico, descrito por Foucault, aplica-se bem aqui: os alunos são observados de forma contínua, de modo que, mesmo quando não estão sendo efetivamente monitorados, agem como se estivessem. Isso gera um autocontrole constante, o que Foucault considera uma forma de poder insidioso, pois não é apenas exercido de fora, mas internalizado pelo sujeito (Miguez; Furley; Pinel, 2022; Silva, 2023).

O corpo, segundo Foucault, é alvo principal do poder disciplinar. No contexto das escolas cívico-militares, o corpo do estudante é disciplinado para ser funcional ao sistema: uniformizado, controlado e submetido a regras que visam moldar não só sua conduta, mas também seus gestos, expressões e atitudes. Essa moralização do corpo também reflete uma tentativa de produzir sujeitos que se alinhem a uma ideia de “cidadania ideal”, baseada na obediência e na ordem, em detrimento de um pensamento crítico ou autonomia. Foucault também adverte para os perigos da normatização em massa (Foucault, 2008).

As escolas cívico-militares tendem a impor um modelo único de comportamento e valores, homogeneizando as experiências e subjetividades dos alunos. Sob a lógica militar, as individualidades são suprimidas, e qualquer forma de divergência ou resistência pode ser vista como um desvio a ser corrigido. Para Foucault, isso constitui uma forma de violência simbólica, pois o poder disciplinar não reconhece a pluralidade das subjetividades humanas, mas tenta uniformizá-las para atender a uma lógica de controle (Foucault, 2008; Miguez; Furley; Pinel, 2022).

# A construção de um imaginário social sobre as Escolas Cívico-Militares

---

Quando forças sociais desafiam a ordem estabelecida, fica mais fácil compreender como os conflitos desencadeados pelos movimentos sociais, desafiam a ordem vigente e geram uma séria ameaça para os grupos políticos neoliberais e neoconservadores, que impuseram uma política econômica e educacional de mercantilização da educação, como as reformas do ensino médio e políticas de meritocracia (Schaly, 2022; Silva, 2023). Tal grupo, sentindo seu poder ameaçado, recorrem às práticas repressivas e violentas.

Entendemos que a educação é, por natureza, um espaço de desenvolvimento crítico, criativo e de liberdade de expressão, que podem ser sufocadas em um ambiente excessivamente rígido e autoritário. A pedagogia militar, baseada em hierarquia e disciplina, pode entrar em conflito com os princípios da educação democrática, que visa a formação de cidadãos com autonomia intelectual e senso crítico.

Outra crítica, segundo Carriconde (2024), diz respeito ao impacto do modelo sobre a formação dos alunos. A ênfase na disciplina pode obscurecer outras questões essenciais no processo educativo, como a capacidade de diálogo, o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e o incentivo à inovação. Além disso, há o risco de a gestão militar não abordar adequadamente problemas estruturais mais profundos, como a desigualdade educacional e a falta de recursos pedagógicos (Carriconde, 2024).

Desta forma, concordamos com muitos educadores e especialistas da área, que argumentam que o problema da qualidade da educação poderá ter solução com investimentos em infraestrutura, capacitação de professores e a adoção de metodologias pedagógicas mais inclusivas e adequadas à realidade dos estudantes.

# A construção de um imaginário social sobre as Escolas Cívico-Militares

---

## Considerações finais

Neste artigo, buscamos problematizar alguns aspectos sobre as escolas cívico-militares, entre elas, a construção do imaginário social como manutenção do sistema militar, como promessa de um ideal de educação que somente os militares seriam capazes de realizar. Neste imaginário, cria-se a ideia de que dependemos desse sistema para realmente ter uma educação de qualidade e encontrarmos a “solução” para os problemas complexos da violência social em nosso país, via ordem e regramento, sob um discurso totalitário e massificante. Desta forma, buscamos articular com alguns conceitos de Foucault sobre a disciplina como um instrumento de controle à serviço da domesticação de comportamentos dos sujeitos.

Neste sentido, gostaríamos ainda, de destacar que em nossa sociedade, observamos que muitos pais, ao desejarem oferecer melhores condições de vida e de estudos para seus filhos, são capturados pelo discurso de que as escolas militares ou cívico-militares vão corresponder a esse desejo e essa busca. E, na luta por conseguir uma vaga, principalmente em algum colégio militar, dedicam-se na organização de um planejamento para preparar os filhos com o objetivo de conquistarem uma destas vagas. Algumas dessas famílias assumem despesas adicionais, como a contratação de professores particulares, a compra de materiais didáticos ou o pagamento de cursos preparatórios, para possibilitar que seus filhos tenham mais chance na disputa. Diante da dificuldade em ingressar em um Colégio militar, observamos que as expectativas podem estar sendo transferidas para as escolas cívico-militares. Daí o apoio de alguns pais, que sem muito alcance dos problemas da educação, no Brasil, acabam acreditando que a solução está nesses programas, que maquiados de “educação de sucesso e qualidade”, conforme a lógica neoliberal e as forças neoconservadoras.

Observamos que, conforme o ditado: “propaganda é a alma do negócio”, as diversas propagandas e publicidades de convencimento da comunidade escolar em torno do ensino nas escolas cívico-

# A construção de um imaginário social sobre as Escolas Cívico-Militares

---

militares, certamente levam muitas famílias a acreditar que o caminho do sucesso se localiza em uma dessas escolas que estaria formando indivíduos ordeiros, disciplinados e obedientes, uma vez que o que se apresenta na sociedade são os inúmeros problemas relacionados à segurança pública e violência. E em uma visão idealista, o percurso seria fortalecer a representação de que seria função da escola, em sua militarização, o único modo de resolver questões estruturais da sociedade. (Carvalho; Zientarski; Rech, 2022). Uma falácia que, se bem “vendida” é comprada facilmente por aqueles que, mesmo avisados, caem no conto do vigário-neoconservador.

A promessa de um ideal de educação, nos encanta, entretanto o real bate em nossa porta, pois os desafios no campo da educação são muitos e são complexos, quando o objetivo seria garantir uma educação que promova o desenvolvimento integral dos alunos.

A solução para a crise educacional no Brasil como um todo, parece demandar políticas mais abrangentes e voltadas para o fortalecimento do ensino público, priorizando metodologias inovadoras e inclusivas que respeitem a diversidade e as necessidades, conforme o contexto dos estudantes e da comunidade em que estão inseridos. Muitos educadores, alguns deles citados neste artigo, apontam para tentativas de introduzir novas abordagens para enfrentar os desafios relacionados à segurança, à qualidade da educação pública e os problemas de violência, no ambiente escolar, que é reflexo do que vivemos na sociedade como um todo. Para o enfrentamento de vários problemas no cotidiano das escolas, faz-se necessário discuti-los com toda a comunidade escolar, a partir de um diálogo sustentado em bases democráticas. Entendemos que temos mais chance de aderir a uma causa, quando nos sentimos participantes dela.

# A construção de um imaginário social sobre as Escolas Cívico-Militares

---

## Referências

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Tradução: Wolfgnag Leo Maar. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020 [1971].

AGÊNCIA BRASIL. **Governo Federal vai encerrar programa de escolas cívico militares**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-07/governo-federal-vai-encerrar-programa-de-escolas-civico-militares> Acesso em: 30 set. 2024.

BENTO, Claudio Moreira. **As origens dos colégios militares no Brasil**. Revista Hyloea. Porto Alegre, 1995. P. 5-6. Disponível em: [https://www.ahimtb.org.br/As%20Origens%20dos%20Col%C3%A9gios%20Militares%20no%20Brasil%20\(3\)%20\(1\).pdf](https://www.ahimtb.org.br/As%20Origens%20dos%20Col%C3%A9gios%20Militares%20no%20Brasil%20(3)%20(1).pdf) Acesso em: 30 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm#:~:text=L9394&text=Estabelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.&text=Art.,civil%20e%20nas%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20culturais](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm#:~:text=L9394&text=Estabelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.&text=Art.,civil%20e%20nas%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20culturais). Acesso em: 01 out. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral. Subchefia para assuntos gerais. **Decreto nº 10.004 de 05 de setembro de 2019**. Brasília, 2019. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20192022/2019/Decreto/D10004.htm#:~:text=D10004&text=Institui%20o%20Programa%20Nacional%20das%20Escolas%20C%C3%ADvico%2DMilitares.&text=DISPOSTO%20C3%87%C3%95ES%20GERAIS-,Art.,fundamental%20e%20no%20ensino%20m%C3%A9dio](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20192022/2019/Decreto/D10004.htm#:~:text=D10004&text=Institui%20o%20Programa%20Nacional%20das%20Escolas%20C%C3%ADvico%2DMilitares.&text=DISPOSTO%20C3%87%C3%95ES%20GERAIS-,Art.,fundamental%20e%20no%20ensino%20m%C3%A9dio). Acesso em: set. 2024.

# A construção de um imaginário social sobre as Escolas Cívico-Militares

---

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual das Escolas Cívico-Militares prioriza a formação integral dos estudantes, o projeto pedagógico e a gestão escolar.** Atualizado em: 04 nov. 2024. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias\\_1/manual-das-escolas-civico-militares-prioriza-a-formacao-integral-dos-estudantes-o-projeto-pedagogico-e-a-gestao-escolar](https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias_1/manual-das-escolas-civico-militares-prioriza-a-formacao-integral-dos-estudantes-o-projeto-pedagogico-e-a-gestao-escolar). Acesso em: 05 out. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral. Subchefia para assuntos gerais. **Decreto nº 10.611 de 19 de julho de 2023.** Brasília, 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/D11611.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11611.htm) Acesso em: 25 set. 2024.

BRASIL. **Programa Escolas Cívico-Militares deverá chegar a mais de 200 colégios até 2023.** 28 jun.2021 e atualizado em 31 out. 2022. Entrevista. Disponível em:

<https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2021/06/programa-escolas-civico-militares-devera-chegar-a-mais-de-200-colegios-ate-2023>. Acesso em: 29 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ministério da Educação apresenta os resultados do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares.** Atualizado em 27 jul. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2022/ministerio-da-educacao-apresenta-os-resultados-do-programa-nacional-das-escolas-civico-militares>. Acesso em: 05 out. 2024.

CARVALHO, Anderson dos Anjos Pena de; ZIENTARSKI, Clarice; RECH, Hildemar Luiz. **Escolas cívico-militares: estratégia política para ocultar a negligência com a educação pública no Estado brasileiro.** Educação, Porto Alegre, v. 45, n. 1, p. 1-15, jan-dez. 2022. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/36739> Acesso em: 25 set. 2024.

CALLEGARI, Cesar; CECCHINI, Clara. **Escolas cívico-militares: “Disciplina e segurança não dependem de hierarquia e obediência”.** Carta Capital edição nº 1.313 de 5 de junho de 2024. Disponível em: [www.adunesp.org.br/noticias/escolas-civico-militares-disciplina-e-seguranca-nao-dependem-de-hierarquia-e-obediencia-alertam-especialistas-confira-artigo-de-callegari-e-cecchini](http://www.adunesp.org.br/noticias/escolas-civico-militares-disciplina-e-seguranca-nao-dependem-de-hierarquia-e-obediencia-alertam-especialistas-confira-artigo-de-callegari-e-cecchini). Acesso em: 30 set. 2024.

# A construção de um imaginário social sobre as Escolas Cívico-Militares

---

CARRICONDE, Gabriel. **Escolas cívico-militares passam por questionamentos da AGU, denúncias e desgastes no Paraná.** Brasil de Fato Paraná. Publicado em: 12 abr.2024. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2024/04/12/escolas-civico-militares-passam-por-questionamentos-da-agu-denuncias-e-desgastes-no-parana>. Acesso em: 30 set. 2024.

DALL'AGNOL, Laisa. **Escola cívico-militar: os estados brasileiros que mais apostam no modelo.** Veja. Publicado em 23 jan. 2024 e atualizado em 8 mai.2024. Disponível em:<https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/escola-civico-militar-os-estados-brasileiros-que-mais-apostam-no-modelo/> Acesso em: 30 set. 2024.

DARDOT, Pierre, *et al.* **A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo.** Tradução de Márcia Pereira Cunha. São Paulo: Elefante, 2021.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2008.

MELHOR ESCOLA. **O que é uma escola cívico-militar?** Artigo. Atualizada em 26 jun. 2024. Disponível em: <https://www.melhorescola.com.br/artigos/o-que-sao-escolas-civico-militares#:~:text=Como%20funcionam%20as%20escolas%20c%C3%ADvico,dividida%20entre%20pedagogos%20e%20militares>. Acesso em: 30 set. 2024.

MIGUEZ, Brunella Poltronieri; FURLEY, Ana Karyne Loureiro; PINEL, Hiran. **Escolas cívico-militares, Foucault e corpo dócil: disciplina como via de ensino?** Artefactum. Revista de estudos em linguagem e tecnologia, ano XIV, nº01, 2022. Disponível em: <http://www.artefactum.rafrom.com.br/index.php/artefactum/article/view/2050> Acesso em: 30 set. 2024.

# A construção de um imaginário social sobre as Escolas Cívico-Militares

---

PARANÁ. Governo do Estado. Secretaria de Educação. **Colégio Cívico-Militares**. Curitiba, 2024. Disponível em: [https://www.educacao.pr.gov.br/colegios\\_civico\\_militares](https://www.educacao.pr.gov.br/colegios_civico_militares). Acesso em: 25 set. 2024.

SANTOS, Emily. **Colégios militares, cívico-militares e da polícia: veja quantos são no país e entenda as diferenças entre eles**. G1, São Paulo, 22/07/2023. Educação.

Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/07/22/colegios-militares-civico-militares-e-da-policia-entenda-as-diferencas.ghtml> . Acesso em: 29 set. 2024.

SCHALY, M. S. W. **Adolescência e cultura digital: políticas educacionais e subjetividade juvenil**. 2022. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Orientadora: Anita Helena Schlesener. Curitiba, 2022. Disponível em: <https://tede.utp.br/jspui/handle/tede/1910> Acesso em: 26 set. 2024.

SILVA, Joselita Romualdo da. **Pedagogia do quartel: formação de corpos dóceis nos colégios cívico-militares no estado do Paraná**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 17, n. 37, p. 83-101, jan./abr. 2023. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>. Acesso em: 30 set. 2024.

Data da submissão: 08/10/2024

Data do aceite: 14/10/2024

Data da publicação: 29/11/2024